

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do comitê de auditoria	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	11
Demonstração dos resultados	13
Demonstração dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Desempenho do exercício

O Banco encerrou o exercício de 2023 com um lucro líquido de R\$ 325.916 (R\$ 396.059 em 2022), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 9,89% (17,97% em 2022). Apresentou índice de Basileia do Conglomerado de 25,08% (25,46% em 2022) e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 952.960 (R\$ 904.500 em 2022).

Outras informações

O Banco é controlador integral da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil.

De acordo com o disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve distribuição de dividendos no valor R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2022) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 189.125 (R\$ 138.336 em 2022), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R\$ 189.125 (R\$ 138.336 em 2022), integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do The Bank of Nova Scotia (“BNS”).

Agradecimentos

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de controles internos e de administração de riscos

O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado são adequados e suficientes.

Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Auditoria interna

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Conglomerado.

Auditoria externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações financeiras

O Comitê analisou as demonstrações contábeis em conjunto com as notas explicativas, relativas ao semestre e exercício de 2023 e revisou com a KPMG e com executivos do Conglomerado antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN nº 4.910 e que o sistema de controles do Conglomerado é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 05 de março de 2024.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3g, 9c e 9d das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3g, 9c e 9d, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito totaliza, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 21.463 mil.</p> <p>Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco (“rating”), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira, e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perdas relacionados a cada nível de riscos, envolvem premissas e julgamentos feitos pelo Banco baseados em suas metodologias internas de avaliação dos níveis de risco dos clientes.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none">— Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:— Avaliamos o desenho dos controles internos e a efetividade relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;— Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias internas e premissas utilizadas para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a provisão complementar, como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira. Essa análise foi com base em entendimento dos processos do cliente e comparação de dados de mercado com a análise de crédito;— Analisamos, para todos os clientes da carteira, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99;— Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos

Ver notas explicativas 3e e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 4.423.504 mil (ativo) e R\$ 307.948 mil (passivo) e são contabilizados pelo valor de mercado.</p> <p>O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como swaps, termos de moeda (NDF) e operações de futuro, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros.</p> <p>Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e o fato do cálculo do valor de mercado basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">— Avaliamos o desenho, dos controles internos chave implementados pelo Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros;— Recalculamos, com base em amostragem da carteira de instrumentos derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros com base em informações observáveis no mercado, como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras de mercado; e em certos casos a aplicação de política interna do Banco;— Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
-
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção,


supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	32.499	13.129
Ativos financeiros		16.386.940	16.680.654
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.470.965	9.686.685
Títulos e valores mobiliários	6	1.989.209	1.461.327
Instrumentos financeiros derivativos	7d	4.423.504	3.240.012
Operações de crédito	9a	-	521.902
Operações de câmbio	10	296.979	1.186.061
Outros ativos financeiros	11a	206.283	584.667
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(21.840)	(134.009)
Títulos e valores mobiliários	6	(377)	(312)
Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(21.463)	(133.697)
Outros ativos	11b	4.224	5.802
Créditos tributários	20b/c	510.790	279.810
Investimentos		66.198	64.610
Participações em controladas	12	66.192	64.604
Outros investimentos	6	6	6
Imobilizado de uso		9.832	11.279
Imóveis de uso		2.332	1.595
Outras imobilizações de uso		20.715	22.704
Depreciações acumuladas		(13.215)	(13.020)
Intangível		2.801	3.546
Ativos intangíveis		5.401	5.254
Amortizações acumuladas		(2.600)	(1.708)
Total do ativo		16.991.444	16.924.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2023	2022
Passivos financeiros		12.697.276	13.264.922
Depósitos	13	4.598.676	4.055.059
Captações no mercado aberto	14	886.740	887.315
Obrigações por empréstimos	15	6.889.669	6.234.306
Obrigações por repasses	16, 30b	-	730.290
Instrumentos financeiros derivativos	7d	307.948	1.120.678
Operações de câmbio	10	3.196	188.857
Outros passivos financeiros	17a	11.047	48.417
Outros passivos	17b	56.072	55.315
Obrigações fiscais diferidas	20b	757.207	431.961
Provisões para contingências	18d	32.346	30.334
Patrimônio líquido		3.448.543	3.142.289
Capital social	19a	2.626.948	2.437.823
Reservas de lucros		821.905	719.489
Outros resultados abrangentes		(310)	(15.023)
Total do passivo		16.991.444	16.924.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023		2022
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		288.375	498.169	649.636
Operações de crédito	9f	8.883	(8.161)	(66.808)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		688.633	1.334.965	1.056.675
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	315.443	143.189	174.975
Operações de captação no mercado aberto		(447.894)	(847.108)	(512.792)
Operações de empréstimos e repasses		(259.099)	(156.433)	79.820
Resultado em operações de câmbio		(17.591)	31.717	(82.234)
Resultado da intermediação financeira		288.375	498.169	649.636
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.612)	9.249	34.276
Títulos e valores mobiliários		1	(65)	137
Garantias financeiras prestadas		-	(22)	-
Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	9d	(1.613)	9.336	34.139
Resultado bruto da intermediação financeira		286.763	507.418	683.912
Outras receitas/(despesas) operacionais		(53.708)	(93.535)	(94.359)
Receitas de prestação de serviços	29	9.021	30.256	21.004
Despesas de pessoal	25	(42.009)	(86.662)	(88.399)
Outras despesas administrativas	26	(20.413)	(38.656)	(37.771)
Despesas tributárias		(6.716)	(8.832)	(4.565)
Resultado de participação em controlada	12	1.570	1.389	4.578
Outras receitas operacionais	27	4.839	8.970	20.065
Outras despesas operacionais	28	-	-	(9.271)
Despesas de provisões para contingências		(935)	(2.012)	(1.886)
Trabalhistas		(18)	(41)	(112)
Fiscais		(917)	(1.970)	(1.774)
Cíveis		-	(1)	-
Resultado operacional		232.120	411.871	587.667
Resultado não operacional		(64)	(249)	7.509
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		232.056	411.622	595.176
Imposto de renda e contribuição social	20a	(1.433)	(82.391)	(196.185)
Provisão para imposto de renda		(91.263)	(180.692)	(201.425)
Provisão para contribuição social		(73.011)	(144.554)	(161.140)
Ativo fiscal diferido		162.841	242.855	166.380
Participações nos lucros		(3.315)	(3.315)	(2.932)
Lucro líquido do semestre/exercício		227.308	325.916	396.059
Lucro líquido por ação – R\$		2.500,31	3.584,95	5.076,00⁽ⁱ⁾

(i) Para fins de comparabilidade, valor calculado por lote de 100.000 ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>		<u>2022</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>227.308</u>	<u>325.916</u>	<u>396.059</u>
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Variação no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>5.063</u>	<u>14.713</u>	<u>3.207</u>
Títulos e valores mobiliários	9.214	26.389	6.194
Efeito fiscal	(4.146)	(11.875)	(2.787)
Ajuste de avaliação patrimonial controlada	<u>(5)</u>	<u>199</u>	<u>(200)</u>
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u>232.371</u>	<u>340.629</u>	<u>399.266</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	796.879	-	40.751	446.427	(18.230)	-	1.265.827
Aumento de capital – Homologado	1.502.608	-	-	-	-	-	1.502.608
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	138.336	-	-	-	-	138.336
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.207	-	3.207
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	396.059	396.059
Constituição de reserva legal	-	-	19.803	-	-	(19.803)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	213.508	-	(213.508)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.748)	(162.748)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.299.487	138.336	60.554	658.935	(15.023)	-	3.142.289
Aumento de capital – Homologado	138.336	(138.336)	-	-	-	-	-
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	189.125	-	-	-	-	189.125
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	14.713	-	14.713
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	325.916	325.916
Constituição de reserva legal	-	-	16.296	-	-	(16.296)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	87.120	-	(87.120)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(222.500)	(222.500)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.437.823	189.125	76.850	745.055	(310)	-	3.448.543
Saldos em 30 de junho de 2023	2.437.823	-	65.484	658.935	(5.373)	93.678	3.250.547
Aumento de capital – Em fase de homologação	-	189.125	-	-	-	-	189.125
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.063	-	5.063
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	227.308	227.308
Constituição de reserva legal	-	-	11.366	-	-	(11.366)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	87.120	-	(87.120)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(222.500)	(222.500)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.437.823	189.125	76.850	745.055	(310)	-	3.448.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	227.309	325.916	396.059
Ajustes ao lucro líquido	4.282	77.451	161.790
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.612	(9.249)	(34.276)
Resultado de participações em controladas e coligadas	(1.570)	(1.389)	(4.578)
Depreciações e amortizações	1.693	3.323	2.478
Perda na baixa de imobilizado de uso	179	362	95
Impostos diferidos	1.433	82.392	196.185
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	935	2.012	1.886
Variação de ativos e passivos operacionais	(824.375)	(300.197)	(1.110.214)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	717.672	263.652	(1.122.911)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	255.632	(501.494)	68.218
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	1.637.539	(1.996.222)	(4.416.416)
Redução em operações de crédito	-	521.902	1.406.888
(Aumento)/redução em operações de câmbio	(81.491)	600.523	(407.189)
(Aumento)/redução em outros ativos financeiros	72.460	378.384	(513.798)
(Aumento)/redução em outros ativos	(842)	1.578	21.588
Aumento/(redução) em depósitos	(2.183.103)	543.617	2.899.492
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(58.291)	(575)	87.982
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(519.021)	(74.927)	1.590.965
(Redução) em outros passivos financeiros	(660.061)	(37.370)	(657.230)
Aumento/(redução) em outros passivos	(4.869)	735	(64.820)
(Redução) em provisões para contingências	-	-	(2.983)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais	(592.784)	103.170	(552.365)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(709)	(1.304)	(1.912)
Aplicações do intangível	-	(189)	(1.170)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(709)	(1.493)	(3.082)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	189.125	189.125	1.640.944
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(222.500)	(222.500)	(162.748)
Pagamento de dividendos	(1.000)	(1.000)	(1.000)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades de financiamento	(34.375)	(34.375)	1.477.196
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(627.868)	67.302	921.749
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.346.454	3.651.284	2.729.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3.718.586	3.718.586	3.651.284
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(627.868)	67.302	921.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 05 de março de 2024.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras.

3 Descrição das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas “Outras receitas/despesas operacionais” diretamente para as respectivas contas “Receitas/(despesas) da intermediação financeira” na demonstração de resultado.

b. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

d. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos mantidos até o vencimento”, para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e, “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor patrimonial das respectivas cotas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de futuros, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

f. Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

h. Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento disponibilizada pelo BACEN. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

i. Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

j. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificadas perdas por *impairment*.

k. Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias.

l. Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos.

m. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c).

n. PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p. Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 22).

q. Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, nos quais o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

r. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- (i) Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 31.

s. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Disponibilidades	32.499	13.129
Moeda nacional	3.253	2.603
Moeda estrangeira	29.246	10.526
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.686.087	3.638.155
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	3.435.196	3.387.494
Aplicações em depósitos interfinanceiros	250.891	250.661
Total	3.718.586	3.651.284

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2023		2022
	Até 3 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	9.220.074	9.220.074	9.436.024
Posição bancada			
LTN	7.163.063	7.163.063	7.548.371
NTN	1.170.253	1.170.253	-
LFT	-	-	1.000.501
Posição vendida			
LTN	886.758	886.758	887.152
Aplicações em depósitos interfinanceiros	250.891	250.891	250.661
Total	9.470.965	9.470.965	9.686.685

6 Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Composição por tipo e vencimento

	2023				2022			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Títulos para negociação								
Carteira própria								
LTN	-	10.326	-	-	10.326	10.328	-	-
NTN	-	-	-	1.770	1.770	1.811	18.717	19.126
Ações de companhias fechadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	7.568	7.568
Total	-	10.326	-	1.770	12.096	12.139	26.285	26.694
Títulos disponíveis para venda								
Carteira própria								
LTN	-	303.864	-	-	303.864	303.940	199.895	199.931
Ações de companhias fechadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.568	-	-	-	7.568	7.568	-	-
Subtotal	7.568	303.864	-	-	311.432	311.508	199.895	199.931
Vinculados à prestação de garantias⁽ⁱ⁾								
LTN	-	-	281.932	-	281.932	282.201	1.124.930	1.151.839
LFT	-	318.811	326.304	620.924	1.266.039	1.266.250	-	-
Cotas de fundo de investimento	43.690	-	-	-	43.690	43.690	35.837	35.837
Subtotal	43.690	318.811	608.236	620.924	1.591.661	1.592.141	1.160.767	1.187.676
Total	51.258	622.675	608.236	620.924	1.903.093	1.903.649	1.360.662	1.387.607

Títulos mantidos até o vencimento

	2023				2022			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado
Carteira própria								
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	-	4.020	4.025	65.975	74.020	74.781	74.380	81.333
Total	-	4.020	4.025	65.975	74.020	74.781	74.380	81.333
Total Geral	51.258	637.021	612.261	688.669	1.989.209	1.990.569	1.461.327	1.495.634

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

(ii) No exercício de 2023, a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa o montante de R\$ 377 (R\$ 312 em 2022).

(iii) Reorganização societária da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

7 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a. Contratos futuros

	2023		2022	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	40.386.548	157.933	44.226.281	287.333
DI	1.493.189	(267)	1.434.139	303
DDI	38.893.359	158.200	38.987.937	309.050
Dólar	-	-	3.804.205	(22.020)
Posição vendida	1.861.615	(4.729)	4.147.472	22.750
DI	311.849	278	443.700	(188)
DDI	1.004.860	(3.253)	3.703.772	22.938
Dólar	544.906	(1.754)	-	-

Em 31 de dezembro de 2023, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 38 (R\$ 39 em 2022), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

b. Operações de swap e operações a termo

	2023			2022		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Por indexador						
<i>Swap</i>						
Valores a receber	32.222.291	3.104.087	4.422.708	28.505.265	1.669.860	3.235.104
CDI x Dólar	31.978.791	3.100.159	4.419.280	28.505.265	1.669.860	3.235.104
Pré x Dólar	243.500	3.928	3.428	-	-	-
Valores a pagar	3.439.588	(343.977)	(229.704)	7.417.982	(1.494.190)	(1.098.030)
CDI x Dólar	3.352.235	(343.463)	(229.413)	7.417.982	(1.494.190)	(1.098.030)
Dólar x CDI	87.353	(514)	(291)	-	-	-
Termo de moedas – NDF						
Valores a receber	148.347	349	796	297.064	5.530	4.908
Posição comprada – Dólar	141.343	225	692	297.064	5.530	4.908
Posição vendida – Dólar	7.004	124	104	-	-	-
Valores a pagar	2.213.587	(80.698)	(78.244)	435.993	(25.098)	(22.648)
Posição comprada – Dólar	2.208.725	(80.698)	(78.213)	435.993	(25.098)	(22.648)
Posição vendida – Dólar	4.862	-	(31)	-	-	-
Total	38.023.813	2.679.761	4.115.556	36.656.304	156.102	2.119.334

c. Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	<u>2023</u>				<u>2022</u>	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	9.524.547	3.012.209	2.859.778	26.851.629	42.248.163	48.373.753
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	1.894.905	1.600.563	2.470.768	29.695.643	35.661.879	35.923.247
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	1.664.156	319.271	192.046	186.461	2.361.934	733.057
Total	<u>13.083.608</u>	<u>4.932.043</u>	<u>5.522.592</u>	<u>56.733.733</u>	<u>80.271.976</u>	<u>85.030.057</u>

(i) Contraparte: B3 S.A. – Brasil, Bolsa eBalcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d. Segregação entre circulante e não circulante

O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Swap	576.683	3.846.025	4.422.708	329.476	2.905.628	3.235.104
Termo de moedas – NDF	719	77	796	4.899	9	4.908
Total	<u>577.402</u>	<u>3.846.102</u>	<u>4.423.504</u>	<u>334.375</u>	<u>2.905.637</u>	<u>3.240.012</u>
Passivo						
Swap	(140.642)	(89.062)	(229.704)	(591.332)	(506.698)	(1.098.030)
Termo de moedas – NDF	(72.486)	(5.758)	(78.244)	(21.020)	(1.628)	(22.648)
Total	<u>(213.128)</u>	<u>(94.820)</u>	<u>(307.948)</u>	<u>(612.352)</u>	<u>(508.326)</u>	<u>(1.120.678)</u>

e. Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Futuros	(327.592)	(5.857.149)	(6.841.593)
Swap	680.607	6.212.073	6.782.009
Termo de moedas – NDF	(37.572)	(211.735)	234.559
Total	<u>315.443</u>	<u>143.189</u>	<u>174.975</u>

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

8 Gerenciamento de Riscos

Administração de risco operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro do Banco. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de Risk Management, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco.

A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de Risk Management também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS.

Administração de riscos de mercado e liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como VaR - Value-at-Risk, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, stress test, backtesting, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de risco de crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos ratings, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco.

Gerenciamento de capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com> (não auditado).

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.924.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.
- **Nível 2** – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária.

A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (hedge) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (Held to Maturity) e os instrumentos da carteira de tesouraria.

Com o intuito de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	1.315	(1.315)
Exposição ao cupom cambial	(2.205)	2.205
Total	(890)	890

Carteira de negociação + bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(484)	484
Exposição ao cupom cambial	(11.814)	11.814
Total	(12.298)	12.298

Análise de sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

- **Cenário (I):** Choque paralelo de 10% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.
- **Cenário (II):** Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.
- **Cenário (III):** Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(132)	(2.837)	(4.256)
Exposição ao cupom cambial	(221)	(3.241)	(4.861)
Total	(353)	(6.078)	(9.117)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(2.021)	(4.042)	(6.063)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(48)	(1.072)	(1.608)
Exposição ao cupom cambial	<u>(1.181)</u>	<u>(16.569)</u>	<u>(24.853)</u>
Total	<u>(1.229)</u>	<u>(17.641)</u>	<u>(26.461)</u>
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	<u>(2.021)</u>	<u>(4.042)</u>	<u>(6.063)</u>

Na análise realizada, as operações da carteira bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco.

No caso da carteira de negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9 Operações de Crédito

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2023				2022
	Vencidas	A vencer			Total
		Acima de 1 ano	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	
Setor privado				Total	
Nota de crédito à exportação (NCE) (nota 30b)	-	-	-	-	521.902
Indústria	-	-	-	-	521.902
Total NCE	-	-	-	-	521.902
CCL exportação com ACC/ACE – (nota 10)	21.511	174.191	98.029	293.731	959.566
Indústria	21.511	174.191	98.029	293.731	805.867
Outros serviços – PJ	-	-	-	-	153.699
Rendas a receber de ACC/ACE – (nota 10)	531	4.110	870	5.511	11.814
Indústria	531	4.110	870	5.511	10.547
Outros serviços - PJ	-	-	-	-	1.267
Varição cambial CCL exportação com ACC/ACE ⁽ⁱ⁾	(1.011)	(2.080)	(2.366)	(5.457)	24.109
Indústria	(1.011)	(2.080)	(2.366)	(5.457)	21.296
Outros serviços – PJ	-	-	-	-	2.813
Total ACC e ACE	21.031	176.221	96.533	293.785	995.489
Total	21.031	176.221	96.533	293.785	1.517.391

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de câmbio comprado a liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b. Concentração das operações de crédito

	2023	2022
Principal devedor	234.054	521.902
Percentual sobre o total da carteira de crédito	79,7%	34,4%
20 maiores devedores	293.785	1.517.391
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		2023			2022		
Nível de risco	% mínimo de provisionamento requerido	Total da carteira	Provisão mínima	Provisão complementar ⁽ⁱ⁾	Provisão total	Total da carteira	Provisão total
AA	0%	234.054	-	(234)	(234)	1.385.998	(2.304)
A	0,50%	38.700	(194)	(4)	(198)	-	-
H	100%	21.031	(21.031)	-	(21.031)	131.393	(131.393)
Total		293.785	(21.225)	(238)	(21.463)	1.517.391	(133.697)

(i) Provisão complementar aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldos no início dos exercícios	(133.697)	(167.836)
Constituição de provisão	(1.613)	(5.050)
Reversão de provisão	10.949	39.189
Baixa para prejuízo	102.898	-
Saldos no final dos exercícios	(21.463)	(133.697)

e. Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2023 representa R\$ 24.270 (R\$ 276.035 em 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve baixa de créditos para prejuízo no montante de R\$ 102.898 (R\$ 0 em 2022).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve recuperações de crédito.

f. Resultado de operações de crédito

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de financiamentos à exportação	-	1.472	21.224
Rendas de empréstimos	-	-	24.977
Rendas de repasses interfinanceiros	13.145	18.068	8.126
Variação cambial negativa	(4.262)	(27.701)	(121.135)
Total	8.883	(8.161)	(66.808)

10 Operações de Câmbio

	2023	2022
Ativo circulante		
Câmbio comprado a liquidar	288.906	1.173.135
Direitos sobre vendas de câmbio	2.562	1.112
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – (nota 9a)	5.511	11.814
Total	296.979	1.186.061
Passivo circulante		
Obrigações por compra de câmbio	294.365	1.147.316
Câmbio vendido a liquidar	2.562	1.107
Adiantamentos sobre contrato de câmbio – (nota 9a)	(293.731)	(959.566)
Total	3.196	188.857

11 Outros Ativos

a. Composição de outros ativos financeiros

	2023	2022
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	158.479	333.673
Repasse interfinanceiro – (nota 30b)	-	208.388
Outros	4	4
Subtotal	158.483	542.065
Ativo não circulante		
Devedores por depósitos em garantia – (nota 18d)	47.800	42.602
Subtotal	47.800	42.602
Total	206.283	584.667

b. Composição de outros ativos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	274	1.222
Impostos e contribuições a compensar	935	120
Valores a receber sociedades ligadas	1.750	737
Outros valores e bens	1.153	1.474
Pagamentos a ressarcir	-	2.112
Subtotal	<u>4.112</u>	<u>5.665</u>
Ativo não circulante		
Impostos e contribuições a compensar	95	104
Outros valores e bens	17	33
Subtotal	<u>112</u>	<u>137</u>
Total	<u>4.224</u>	<u>5.802</u>

12 Participações em Controladas

O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Percentual de participação no capital social	100%	100%
Quantidade de ações detidas	60.000.000	60.000.000
Capital social da controlada	60.000	60.000
Patrimônio líquido da controlada	66.192	64.604
Resultado do período da controlada	1.389	4.578
Valor contábil do investimento	<u>66.192</u>	<u>64.604</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.389</u>	<u>4.578</u>

13 Depósitos

	<u>2023</u>				<u>2022</u>	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	114	-	-	-	114	326
Depósitos interfinanceiros	-	211.441	-	-	211.441	420.641
Depósitos a prazo	-	1.611.682	1.487.168	1.288.271	4.387.121	3.634.092
Total	<u>114</u>	<u>1.823.123</u>	<u>1.487.168</u>	<u>1.288.271</u>	<u>4.598.676</u>	<u>4.055.059</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a taxa média das captações dos depósitos a prazo é de 102% do DI (102% do DI em 2022).

14 Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2023, estão representadas por obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação no montante de R\$ 886.740 (R\$ 887.315 em 2022), com vencimentos até março de 2024 e taxa média de 10,91% ao ano (13,81% ao ano em 2022).

15 Obrigações por Empréstimos

Estão representadas por linhas de crédito obtidas junto ao BNS e operações destinadas a financiamentos à exportação.

Linhas de crédito do BNS	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2023
Outras obrigações em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	5,31% a 5,32%	04/01/2024	6.621.517
Financiamentos à exportação	5,63% a 5,88%	04/06/2024	<u>268.152</u>
Total passivo circulante			<u>6.889.669</u>

(ii) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

Linhas de crédito do BNS	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	Saldo em 2022
Outras obrigações em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	4,30%	04/01/2023	5.378.012
Financiamentos à exportação	4,33% a 5,51%	15/06/2023	<u>856.294</u>
Total passivo circulante			<u>6.234.306</u>

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

16 Obrigações por Repasses

Em 31 de dezembro de 2023, não existem obrigações por repasses do exterior. Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 730.290 (nota 30b), estavam representadas por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921.

17 Outros Passivos

a. Composição de outros passivos financeiros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante		
Relações interdependências	5.734	24.788
Negociação e intermediação de valores	<u>5.313</u>	<u>23.629</u>
Total	<u>11.047</u>	<u>48.417</u>

b. Composição de outros passivos

	2023	2022
Passivo circulante		
Impostos e contribuições a recolher	24.990	18.695
Provisão para despesas de pessoal	14.701	18.678
Valores a pagar sociedades ligadas	634	1.486
Outros	4.249	2.327
Subtotal	44.574	41.186
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	11.498	14.129
Subtotal	11.498	14.129
Total	56.072	55.315

18 Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a. Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 429 (R\$ 186 em 2022). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 15.515 (R\$ 14.533 em 2022), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.814 (R\$ 5.601 em 2022) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 8.416 (R\$ 7.713 em 2022), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c. Obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2023, o processo principal no montante de R\$ 21.417 (R\$ 20.336 em 2022), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d. Movimentação dos saldos

	<u>2023</u>				<u>2022</u>	
Provisão para contingências	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	636	3.089	26.609	-	30.334	31.432
Constituição	-	-	290	1	291	295
Atualização	41	168	1.512	-	1.721	1.590
Pagamento	-	-	-	-	-	(2.983)
Total	<u>677</u>	<u>3.257</u>	<u>28.411</u>	<u>1</u>	<u>32.346</u>	<u>30.334</u>

	<u>2023</u>				<u>2022</u>	
Depósitos judiciais	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total	Total	
Saldo inicial	96	14.988	27.518	42.602	40.040	
Constituição	-	2.169	290	2.459	280	
Atualização	<u>8</u>	<u>1.155</u>	<u>1.576</u>	<u>2.739</u>	<u>2.282</u>	
Total – (nota 11a)	<u>104</u>	<u>18.312</u>	<u>29.384</u>	<u>47.800</u>	<u>42.602</u>	

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.626.948, está representado por 101.010 (95.608 em 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404.

Em 12 de dezembro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 189.125, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. O processo está em fase de homologação pelo BACEN.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovados para pagamento:

- (i) Dividendos no valor de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2022), em 20 de dezembro de 2023, conforme Ata de Reunião de Diretoria;
- (ii) Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 189.125 (R\$ 138.336 em 2022), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 33.375 (24.412 em 2022), em 12 de dezembro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

20 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	<u>Dez/2023</u>		<u>Dez/2022</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	408.307	408.307	592.244	592.244
Juros sobre o capital próprio	(222.500)	(222.500)	(162.748)	(162.748)
Adições/(exclusões) temporárias	(739.439)	(739.439)	(827.946)	(827.946)
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(720.472)	(720.472)	(803.417)	(803.417)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(112.147)	(112.147)	(34.276)	(34.276)
Créditos baixados para prejuízo	102.898	102.898	-	-
Outras	(9.718)	(9.718)	9.747	9.747
Adições/(exclusões) permanentes	(2.759)	(2.752)	6.516	6.520
Base tributável	(556.391)	(556.384)	(391.934)	(391.930)
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL – valores correntes antes dos incentivos fiscais	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL – valores correntes	-	-	-	-
Créditos tributários	134.912	107.943	92.443	73.937
Passivo fiscal diferido	(180.692)	(144.554)	(201.425)	(161.140)
Total	(45.780)	(36.611)	(108.982)	(87.203)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2022	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2023
Refletido no resultado	267.684	301.957	(59.102)	510.539
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	176.392	250.355	-	426.747
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13.626	906	-	14.532
Provisões indedutíveis	11.944	4.351	(6.545)	9.750
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	60.164	-	(50.506)	9.658
Créditos baixados para prejuízo	-	46.304	-	46.304
Provisão para risco de crédito – debêntures	141	41	(1)	181
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como negociação	184	-	(165)	19
Ajuste a valor de mercado de operações compromissadas	33	-	(33)	-
Outros	5.200	-	(1.852)	3.348
Refletido no patrimônio líquido	12.126	-	(11.875)	251
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	12.126	-	(11.875)	251
Total	279.810	301.957	(70.977)	510.790

Passivo fiscal diferido	Saldos em 31/12/2022	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2023
Refletido no resultado				
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	(421.446)	(323.846)	-	(745.292)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(10.515)	(1.232)	-	(11.747)
Marcação a mercado de operações compromissadas	-	(168)	-	(168)
Total	(431.961)	(325.246)	-	(757.207)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	5.987	21.499	27.486
2º ano	19.118	27.994	47.112
3º ano	20.147	36.576	56.723
4º ano	19.398	40.408	59.806
5º ano	4.861	45.734	50.595
6º ano ao 10º ano	14.532	254.536	269.068
Total	84.043	426.747	510.790
Valor presente ⁽ⁱ⁾	60.949	255.555	316.504

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

21 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades	1.665	1.574	(52)	9.489
BNS (Controlador)	1.665	1.574	(52)	9.489
Aplicações interfinanceiras de liquidez	400	-	9	21
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	400	-	9	21
Carteira de câmbio – posição ativa	214	-	(3)	(71.319)
BNS (Controlador)	214	-	(3)	(71.319)
Outros ativos	226	-	(49)	-
BNS (Controlador)	226	-	(49)	-
Depósitos a vista	(33)	(246)	-	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	(33)	(246)	-	-
Captações no mercado aberto	-	-	(42)	(135)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	-	(42)	(135)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	1.116	(749)	14.152	13.917
BNS (Controlador)	1.349	(1.430)	14.228	14.163
Scotiabank Inverlat (México) (Parte relacionada)	(302)	(45)	(265)	(330)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte relacionada)	69	726	(137)	(77)
Scotiabank Peru (Parte relacionada)	-	-	-	(144)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	-	326	305
Obrigações por empréstimos	(6.889.669)	(6.234.306)	(164.594)	(11.964)
BNS (Controlador)	(6.889.669)	(6.234.306)	(164.594)	(11.964)
Obrigações por repasses	-	(730.290)	8.161	91.784
BNS (Controlador)	-	(730.290)	8.161	91.784
Carteira de câmbio – posição passiva	(214)	-	(11)	88.273
BNS (Controlador)	(214)	-	(11)	88.273

b. Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$ 35.295 (R\$ 21.952 em 2022), sendo formadas por R\$ 29.969 (R\$ 13.272 em 2022), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 5.326 (despesa de R\$ 8.680 em 2022), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22 Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

a. Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.710 (R\$ 6.546 em 2022) e a quantidade total de ações devidas é de 71.881 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 235,60 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.799 (R\$ 4.620 em 2022).

	Saldo			
	Dez/2023		Dez/2022	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU				
Preço da ação	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	262,10 ⁽ⁱ⁾
Devido	71.881	16.935	48.495	12.710
Provisionado	28.480	6.710	24.978	6.546
A provisionar	43.401	10.225	23.517	6.164

(i) Valores em reais

RSU	A pagar					
	Dez/2024		Dez/2025		Dez/2026	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾
Devido	15.232	3.588	24.957	5.880	31.692	7.466
Provisionado	9.296	2.189	17.905	4.219	1.279	301
A provisionar	5.936	1.399	7.052	1.661	30.413	7.165

(i) Valores em reais

b. Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 4.222 (R\$ 7.822 em 2022) e a quantidade total de ações devidas é de 32.244 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 235,60 por ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve reversão de R\$ 621 (despesa de R\$ 2.981 em 2022).

PSU	Saldo			
	Dez/2023		Dez/2022	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	262,10 ⁽ⁱ⁾
Devido	32.244	7.597	30.172	7.907
Provisionado	17.919	4.222	29.848	7.822
A provisionar	14.325	3.375	324	85

(i) Valores em reais

PSU	A pagar					
	Dez/2024		Dez/2025		Dez/2026	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾
Devido	7.101	1.673	11.143	2.625	14.000	3.299
Provisionado	6.391	1.506	11.143	2.625	385	91
A provisionar	710	167			13.615	3.208

(i) Valores em reais

23 Benefícios a Empregado Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1.168 (R\$ 948 em 2022).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

24 Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basileia do Conglomerado é de 25,08% (25,46% em 2022), o patrimônio de referência de R\$ 3.256.187 (R\$ 2.999.816 em 2022) e o patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 952.960 (R\$ 904.500 em 2022). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o índice de imobilização.

25 Despesas de Pessoal

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	28.241	58.208	61.479
Encargos sociais	10.132	21.258	20.772
Benefícios	3.302	6.444	5.314
Outras	334	752	834
Total	42.009	86.662	88.399

26 Outras Despesas Administrativas

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	4.377	9.005	9.590
Serviços do sistema financeiro	4.303	8.838	8.190
Aluguéis	1.908	3.864	3.971
Serviços técnicos especializados	1.066	2.303	2.730
Serviços de terceiros	2.142	3.945	3.537
Comunicações	879	1.529	1.274
Depreciação/amortização	1.693	3.323	2.478
Contribuições filantrópicas	2.000	2.000	1.500
Condomínio	274	558	594
Água, energia e gás	321	635	701
Outras	1.450	2.656	3.206
Total	20.413	38.656	37.771

27 Outras Receitas Operacionais

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisão de ajustes prudenciais	2.304	4.115	-
Rendas recebidas adiantamentos sobre contratos de câmbio vencidos	-	-	8.619
Reversão de provisões operacionais ⁽ⁱ⁾	709	1.286	7.103
Recuperação de encargos e despesas	146	314	277
Atualizações monetárias	1.401	2.758	2.282
Outras	279	497	1.784
Total	4.839	8.970	20.065

(i) Refere-se basicamente a reversão de provisão de bônus e despesas administrativas.

28 Outras Despesas Operacionais

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Provisão de ajustes prudenciais	-	-	8.539
Outras	-	-	732
Total	-	-	9.271

29 Receitas de Prestação de Serviços

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de serviços prestados a ligadas	8.735	17.887	17.331
Rendas de garantias prestadas	136	219	19
Rendas de comissão de colocação de títulos	-	-	3.653
Rendas de outros serviços	150	12.150	-
Total	9.021	30.256	21.003

30 Outras Informações

a. Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas são registradas em nome dos beneficiários ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de garantias financeiras prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, utilizando os critérios definidos na nota 3g (Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito).

São concedidos créditos por meio de garantias financeiras prestadas, conforme quadro a seguir:

	2023			2022		
	Fianças bancárias	Standby letter of credit	Total	Fianças bancárias	Standby letter of credit	Total
Garantias financeiras prestadas	2.469	23.087	25.556	2.469	-	2.469
Provisão para perdas garantias financeiras	(1)	(23)	(24)	(2)	-	(2)
Total	2.468	23.064	25.532	2.467	-	2.467

b. Operações ativas vinculadas

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco não possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, conforme demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Operações de crédito				
NCE – (nota 9a)	-	521.902	(7.738)	(99.911)
Repasse interfinanceiro – (nota 11a)	-	208.388	(423)	8.126
ACC	-	-	-	(31.047)
Obrigações por empréstimos e repasses				
Repasses do exterior - (nota 16)	-	(730.290)	8.161	91.785
Empréstimos no exterior	-	-	-	31.303
Total	-	-	-	256

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração das operações ativas vinculadas era suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

31 Resultado Recorrente e Não Recorrente

	<u>2023</u>		<u>2022</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	227.308	325.916	396.059
Resultado não recorrente	(3.847)	(3.847)	(8.786)
Recebimento de dividendos CIP	(3.847)	(3.847)	-
Reorganização societária CIP (nota 6)	-	-	(7.568)
Comissão recebida pela liquidação antecipada de debêntures	-	-	(1.218)
Lucro líquido recorrente	223.461	322.069	387.273

32 Plano de Implementação Resolução CMN nº 4.966

Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhando os critérios contábeis do COSIF com os estabelecidos pela norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Grupo Scotiabank Brasil elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas.

Estabelecemos um cronograma de implementação que contempla a realização de atividades ao longo dos exercícios de 2023 e 2024.

Diretoria	Contador
Paulo André Campos Bernardo Antonio Pianucci Izabel Eliza de Oliveira Salvucci	Jaques Mester Victor de Souza Rosa Roberto Shoji Haga CRC 1SP242224/O-6